

A CORRUPÇÃO AFETA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA?

Does corruption affects the quality of democracy?

José Álvaro Moisés
Universidade de São Paulo - USP

✉ jamoises@gmail.com

Os escândalos do “mensalão” em 2005 não impediram que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reelegesse no ano seguinte com mais de 60% de votos. Isso sugere algumas possibilidades: a maioria dos eleitores não estava informada dos fatos; informada ou não, a maioria não estava convencida do envolvimento do presidente e do seu partido; ou a maioria, em qualquer caso, não associa “o uso indevido de recursos públicos para fins privados” – como a corrupção é tècnicamente definida - com irregularidades políticas passíveis de punição, embora o voto seja o instrumento por excelência de responsabilização de governantes (*accountability*) à disposição dos cidadãos. A questão envolve uma indagação sobre o papel da cultura política na ocorrência de corrupção no país e se isso afeta a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. Este artigo discute essas questões com base nas pesquisas de cultura política que o autor vem conduzindo desde meados dos anos 80¹.

A corrupção é um dos problemas mais sérios e complexos que assolam as novas e velhas democracias. O conhecimento convencional mostra que ela envolve o abuso do poder público para qualquer tipo de benefício privado, inclusive, vantagens para os partidos de governo em detrimento da oposição. Até recentemente, a pesquisa acadêmica abordou o papel de fatores gerais responsáveis pelo seu enraizamento no sistema político: o desenvolvimento

1 As pesquisas “Cultura Política e Democratização” e “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas” foram dirigidas e coordenadas pelo autor, sendo a última em parceria com a professora Rachel Meneguello, da Unicamp. Foram apoiadas pela FAPESP e o CNPq.

econômico, o desenho institucional, o perfil psicológico dos atores, o desempenho de governos, etc. Não abordou, no entanto, o quanto ela afeta a qualidade da democracia, nem a influência da cultura política na sua ocorrência. A pesquisa “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”, permitiu responder algumas dessas perguntas. E mostrou a sua influência na relação de confiança dos cidadãos com as instituições da democracia. As implicações disso para a teoria democrática são sugeridas ao final.

Teorias sobre a corrupção

Desenvolvimento e modernização, com suas conhecidas implicações para a transformação das relações econômicas, sociais, culturais e políticas das sociedades, são vistos como condição necessária para fazer o sistema político coibir delitos contra o interesse público. Sociedades menos desenvolvidas tenderiam a não distinguir entre pagamentos legítimos e prebendas ilegais nas relações entre agentes públicos e privados, e estimulariam a tolerância social diante de comportamentos anti-republicanos. Diferente dos países modernizados pelo impacto de transformações econômicas e sociais, as nações com baixos níveis de desenvolvimento não conseguiriam institucionalizar a distinção entre as esferas pública e privada, legitimando a apropriação privada de recursos públicos. Nesse caso, essas práticas se chocariam com as regras legais vigentes, dificultando o *enforcement of the law* e tornando pouco efetivo o primado da lei. As chances de comportamento corrupto seriam, portanto, maiores em países de níveis baixos ou médios de desenvolvimento econômico e social, a exemplo da África, Oriente Médio, Leste Europeu e América Latina. Por isso, o tema é importante para o Brasil e para a avaliação da qualidade de sua democracia.

A abordagem anterior define, contudo, *ex-ante*, isto é, antes do desenvolvimento do próprio processo político a situação de diferentes nações: enquanto algumas estariam necessariamente livres da corrupção, outras seriam fadadas a conviver com ela como um componente inarredável de seu sistema político, pelo menos enquanto não lograssem se desenvolver. Mas em vista das diferentes trajetórias históricas das nações (colonialismo, dependência, globalização, etc), elas são afetadas desigualmente pelos processos de desenvolvimento, sendo impossível avançarem econômica, social e culturalmente na mesma direção ou no mesmo ritmo. Isso introduz, então, problemas novos.

Mais ainda: essa abordagem da literatura deixa de lado uma possibilidade inerente à natureza do processo político, ou seja, a possibilidade de que, independentemente do estágio de desenvolvimento dos seus países, os atores decidam mudar os padrões de comportamento que sustentam as práticas de corrupção devido a conseqüências sistêmicas do fenômeno. Em algum momento,

a idéia normativa de que o sistema pode funcionar melhor com a corrupção sob controle pode se tornar uma alternativa positiva para líderes políticos, a opinião pública e os eleitores, a depender da relação entre eles ou da capacidade de uns exercerem pressão sobre os outros. Isso aconteceu, na maior parte dos casos, em países em que a pressão da sociedade civil se traduziu em mudanças no marco jurídico encarregado de coibir a corrupção. Um importante exemplo recente nesse sentido, em que pesem algumas limitações, foi a “Operação Mãos Limpas” na Itália, com suas importantes conseqüências para ao controle público das relações entre a máfia e o sistema político daquele país.

O peso das instituições

Independentemente de seus níveis de desenvolvimento, no entanto, a corrupção afeta um grande número de nações democráticas. Nas últimas três décadas uma sucessão de escândalos abalou os governos da Itália, Grã-Bretanha, Japão, França, Alemanha, Bélgica e Estados Unidos, mostrando que a questão também envolve as instituições que, em tese, podem assegurar ou não maior controle sobre as decisões que mobilizam grandes somas de recursos públicos. A pesquisa mostra que sistemas democráticos baseados em efetiva competição política propiciariam maior escrutínio público da ação de governos e colocariam o comportamento de burocratas e políticos sob a vigilância dos eleitores (*accountability*). A associação entre indicadores de liberdades civis e políticas e a percepção pública sobre a corrupção, baseada em índices internacionais agregados, varia dependendo dos níveis de mensuração do fenômeno, mas a longevidade da democracia e a liberdade de imprensa são fatores claramente identificados nas pesquisas por sua capacidade de assegurar a responsabilização de políticos e de burocratas corruptos. Quando ambas existem e são vigorosas, se não impedem completamente a existência da corrupção, oferecem claras alternativas para que a sociedade a controle e puna os seus responsáveis.

Ademais, sistemas políticos em que os chefes de governo são eleitos diretamente aparecem nas pesquisas como mais associados com níveis agregados de percepção da corrupção. Diferentes estudos mostraram que a influência do presidencialismo para a ocorrência da corrupção é mais forte quando combinado com o sistema de representação proporcional baseado em listas fechadas de candidatos. E o balanço global da pesquisa nos últimos dez anos confirma que países desenvolvidos com regimes de democracia liberal são menos corruptos, mas o são mais se seus chefes de governo são eleitos diretamente. A questão tem evidentes implicações para a América Latina, cuja tradição política envolve, quase que majoritariamente, os sistemas políticos em que os presidentes são eleitos diretamente. E a literatura especializada mostrou que, historicamente, os

diferentes populismos que existiram no continente estiveram muitas vezes associados com a corrupção.

Corrupção na América Latina

Após a democratização do continente, escândalos de corrupção atingiram - além do Brasil -, a Argentina de Carlos Menem, o Peru de Alberto Fujimori e Alan Garcia, o México de José Lopez Portillo e Carlos Salinas de Gortari, o Equador de Abdala Bucaram e a Venezuela de Rafael Caldera e Carlos Andrés Pérez - este apeado do poder, como Collor de Mello, por um *impeachment* motivado por uso indevido de recursos públicos.

Alguns analistas atribuíram o suposto crescimento da corrupção no continente a três fatores: a) às oportunidades criadas pela dispersão de poder decorrente da democratização, permitindo que maior número de agentes públicos pudesse transacionar favores em troca de benefícios privados; b) à onda de reformas neoliberais que teria ampliado o poder de decisão desses agentes sobre bens como as empresas públicas, cuja privatização teria criado oportunidades de extração de vantagens dos interessados em comprá-los; e c) à emergência de novas lideranças personalistas ou carismáticas que, sobrepassando os partidos políticos e os grupos de interesse, teriam chegado à presidência de seus países pela mobilização de massas via televisão. O uso da televisão em campanhas eleitorais exigiria o investimento de recursos somente mobilizáveis pela promessa de favores a financiadores privados. Isso teria levado os partidos a recorrer aos chamados “gastos eleitorais não contabilizados”, ou seja, ao uso de recursos privados fora da lei em campanhas eleitorais, como foram classificados a partir da experiência do “mensalão” em 2005 no Brasil.

O caráter endêmico do problema, no entanto, independentemente do grau de desenvolvimento ou do desenho das instituições, qualifica a dúvida sobre se esses casos não indicam que a cultura política também deve ser considerada na explicação do fenômeno. A própria presença de lideranças personalistas e carismáticas na América Latina, como parte da tradição de governos populistas envolvendo a relação direta entre líderes e eleitores e a desvalorização de instituições como partidos e parlamentos, aponta para isso. Em alguns casos recentes, como o de Collor de Mello nos anos 90 e, mais recentemente, como o do casal Kirchner na Argentina, apontam de fato nessa direção.

Os principais resultados da pesquisa

Várias análises foram feitas, no âmbito da pesquisa “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”, para testar se os indicadores de cultura política ajudam a explicar a percepção da corrupção na América Latina; se

contemporaneamente os brasileiros têm consciência da existência do problema, e se a aceitação social da corrupção no Brasil influencia a qualidade da sua democracia. Os resultados confirmaram, em primeiro lugar, como sustenta a literatura internacional, que os países mais desenvolvidos da América Latina apresentam índices relativamente mais baixos de percepção da corrupção do que os menos desenvolvidos. Mas a pesquisa também mostrou que esse fator sozinho não é suficiente para explicar por que países relativamente desenvolvidos como Argentina, Brasil, México e Venezuela são classificados por índices como a Transparência Internacional como muito corruptos. Aparentemente, portanto, a experiência democrática sozinha, mesmo com o passar do tempo, não garante a diminuição dos índices de percepção da corrupção, significando que outros fatores devem ser identificados para explicar o fenômeno².

Por outro lado, as análises da percepção da corrupção no Brasil, envolvendo, além de indicadores de desenvolvimento econômico, social e político, variáveis de cultura política, confirmaram o papel da confiança institucional, preferência pela democracia, preferência pelo autoritarismo e liberdade civil. Modelos analíticos com alta capacidade de explicação mostram que quanto menos as pessoas confiam em instituições democráticas mais vêem a corrupção como parte do sistema político. A liberdade civil também afeta a percepção da corrupção. De modo geral, os fatores determinantes da existência da corrupção e do fato de ela afetar os sistemas políticos no continente são tanto variáveis de cultura política como de desempenho do regime democrático.

Efeitos da corrupção no Brasil

Veamos agora qual o nível de conhecimento dos brasileiros sobre a corrupção quando ocorreram as denúncias do “mensalão”. E, ainda, no que toca à sua memória temporal, como a opinião pública brasileira compara a situação em dois pontos no tempo, 1993 e 2006, ou seja, um ano após dois dos mais importantes casos recentes, o de Collor de Mello em 2002 e o de Lula da Silva em 2005. E, finalmente, o que explica a aceitação social da corrupção no país com os seus efeitos.

² Em vista das limitações de espaço, nem todos os testes estatísticos são mostrados neste texto, como é o caso dos testes mencionados, mas podem ser solicitados ao autor pelo endereço eletrônico jamoises@usp.br

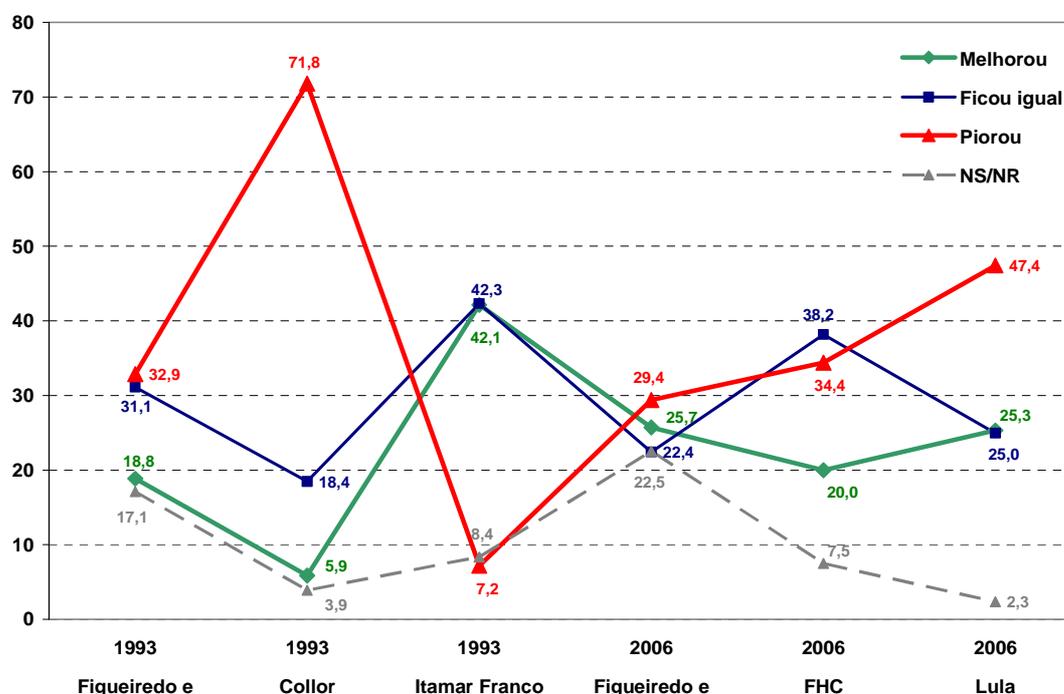
TABELA 1: CONHECIMENTO, ATITUDES E OPINIÕES SOBRE O MENSALÃO – 2005 (%)		
	Junho	Julho
“Você tomou conhecimento das acusações acerca do “Mensalão”? Se sim:		
Está bem informado	16,60%	19,30%
Está mais ou menos informado	42,20%	38,00%
Está mal informado	15,80%	17,70%
Não tomou conhecimento	25,30%	25,00%
N	2124	2110
“Pelo que você sabe ou ouviu dizer, existem ou não casos de corrupção no governo Lula?”		
Sim existem	70,50%	78,00%
Não existem	17,00%	11,70%
Não sabe/não respondeu	12,50%	10,30%
N	2124	2110
“Se o PT pagava (o “Mensalão”), o presidente Lula está ou não envolvido nesse suposto pagamento de mesada a parlamentares em troca de apoio ao governo?”		
Lula está envolvido	.	33,50%
Lula não está envolvido	.	43,40%
Não sabe/não respondeu	.	23,10%
N	.	1841
“Na sua opinião, o presidente Lula tem muita responsabilidade, um pouco ou nenhuma responsabilidade nesses casos de corrupção?”		
Muita responsabilidade	28,10%	28,40%
Um pouco de responsabilidade	50,40%	45,90%
Nenhuma responsabilidade	14,50%	15,20%
Não sabe/não respondeu	6,90%	10,50%
N	2124	1866
“Na sua opinião, o desempenho do governo Lula em relação às acusações de pagamento de mesada a parlamentares em troca de apoio ao governo tem sido, até o momento:		
Ótimo/Bom	28,50%	31,10%
Regular	34,80%	32,50%
Ruim/Péssimo	23,30%	26,00%
Não sabe/não respondeu	13,40%	10,40%
N	2124	2110

Fonte: Datafolha, 2005.

58% dos entrevistados não apenas tinham conhecimento das denúncias de corrupção envolvendo o governo Lula, em 2005, como 78% acreditava que o presidente tinha “muita” ou “alguma” responsabilidade nos fatos, embora mais de 40% não acreditasse no seu envolvimento direto nos mesmos. Em 2006 (vide gráfico adiante), os entrevistados consideraram que a situação da corrupção piorou no país nos governos de Collor e Lula em comparação com os de seus antecessores. Contudo, em que pese o conhecimento dos eleitores sobre o

envolvimento do governo Lula nos escândalos, isso não afetou os resultados das eleições presidenciais de 2006. A questão toca em um aspecto central da qualidade da democracia relativa à capacidade dos eleitores de controlar a ação de governos quando existe abuso do poder. A *accountability* vertical, ou seja, que está associada com o exercício do direito de voto, depende, em primeiro lugar, de que os cidadãos comuns sejam capazes de identificar quando a corrupção existe; esse é um ponto de partida importante para a decisão que tomarão, uma vez constatada a ocorrência da corrupção, ou seja, se desejam continuar convivendo com os políticos que a praticam ou se vão tomar medidas para puni-los e, assim, iniciar o controle da corrupção.

Gráfico 1 - Situação da corrupção em 1993 e 2006



Fontes: Pesquisas "Cultura Política e Democratização" (1993); "A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas" (2006).

Por isso, em vista das implicações do que ocorreu em 2005 e 2006 para a efetividade dos mecanismos de *accountability* no país, a hipótese de que a aceitação social da corrupção no país influencia a qualidade da democracia foi testada pela pesquisa. Os resultados mostraram que essa aceitação é determinada por fatores ligados ao desenvolvimento, ao desempenho de instituições e de governos, mas também pela cultura política. Em regiões de baixos níveis de desenvolvimento a aceitação da noção "rouba, mas faz" é maior, menor no Sudeste e Sul. O mesmo se dá para os segmentos menos escolarizados da população. A avaliação positiva do governo Lula e, surpreendentemente, a do Congresso Nacional também ajudam a explicar a aceitação da corrupção, mas a expectativa positiva quanto à

economia não se associa com essa aceitação. Já valores como a adesão à democracia ou o claro rechaço às alternativas autoritárias sim. Os entrevistados mais conservadores quanto ao papel do Estado diante das desigualdades sociais e econômicas também apóiam o “rouba, mas faz”. Ou seja, a aceitação da corrupção é maior entre habitantes de regiões menos desenvolvidas, politicamente mais autoritários, socialmente mais conservadores e entre os que avaliam positivamente o governo do dia e instituições como o Congresso.

Para verificar se essa aceitação afeta a adesão à democracia, a confiança interpessoal e institucional, assim como a participação política, uma escala foi construída e, junto com a avaliação do governo do dia, da política e da economia, foram tomadas como variáveis explicativas em um teste com variáveis dependentes relativas a diferentes dimensões da qualidade da democracia. Os dados mostram que a aceitação da corrupção, assim como o voto em Lula em 2002, afetam negativamente a adesão à democracia, enquanto as avaliações positivas da economia e da política a influenciam positivamente. A aceitação da corrupção também afeta as opiniões em torno da possibilidade de presidentes e governos deixarem de lado as leis e instituições como o Congresso Nacional e os partidos políticos em situações de crise; e ainda em face de alternativas que envolvem a volta dos militares ao poder ou adoção de um sistema de partido único. Ou seja, os segmentos que aceitam a corrupção como um componente da vida política do país têm opções autoritárias, avaliam positivamente a economia e o governo Lula, mas estão satisfeitos com o desempenho prático da democracia.

TABELA 2: REGRESSÃO LINEAR (OLS) DA ACEITAÇÃO SOCIAL DA CORRUPÇÃO (ROUBA MAS FAZ) – 2006

Variáveis independentes que permaneceram no modelo	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		Sig.
	B	Std. Error	Beta	T	
(Constant)	1,532	0,215		7,136	0,000
Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste	1,268	0,123	0,229	10,302	0,000
O governo deveria oferecer menos serviços públicos como saúde e educação para reduzir os impostos	1,137	0,219	0,120	5,200	0,000
Quanto menos o governo intervir na economia, melhor para o país	0,718	0,155	0,107	4,627	0,000
O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder	0,564	0,153	0,085	3,691	0,000
O Brasil estaria bem melhor se nós nos preocupássemos menos com que todo mundo seja igual	0,574	0,142	0,092	4,031	0,000
Sexo feminino	-0,423	0,121	-0,077	-3,504	0,000
Avaliação positiva do governo Lula	0,438	0,127	0,080	3,464	0,001

**TABELA 2: REGRESSÃO LINEAR (OLS) DA ACEITAÇÃO SOCIAL DA CORRUPÇÃO
 (ROUBA MAS FAZ) – 2006**

Para que o país cresça o governo deveria intervir menos na economia	-0,420	0,147	-0,063	-2,852	0,004
Escolaridade: Superior Completa ou mais	-1,028	0,379	-0,060	-2,714	0,007
Avaliação positiva da situação econômica familiar prospectiva	-0,405	0,145	-0,063	-2,794	0,005
Confiança no Congresso Nacional	0,290	0,137	0,047	2,111	0,035
Prefere a democracia à outras alternativas	-0,279	0,133	-0,048	-2,103	0,036

Dependent Variable: Escala de apoio à corrupção (rouba mas faz)

Fonte: Pesquisa “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”, 2006.

Aceitar a corrupção também implica em que as pessoas considerem que a lei não precisa ser obedecida, o que afeta a qualidade da democracia, pois submeter-se à lei envolve não admitir que ela possa ser fraudada por irregularidades. A aceitação também afeta a percepção que os brasileiros têm de sua capacidade de fazer valer os seus direitos de cidadania e afeta negativamente a confiança que as pessoas têm umas nas outras. Ou seja, uma das possibilidades de acumulação de capital social, considerada importante pela literatura especializada para estimular a participação política, parece comprometida no país pela aceitação social da corrupção. Nesse sentido, os resultados mostram que a existência da corrupção e a sua aceitação por partes da população afetam a qualidade da democracia existente no Brasil.

Conclusões

A percepção pública da corrupção no Brasil e na América Latina está associada com o desenvolvimento, o desempenho das instituições e também com a cultura política. As análises confirmam que os efeitos da aceitação da corrupção afetam a qualidade da democracia: diminuem a adesão ao regime, estimulam a aceitação de escolhas autoritárias, influenciam negativamente a submissão à lei e a confiança interpessoal, e inibem tendências de participação política.

Os efeitos disto afetam tanto a legitimidade do Estado democrático quanto o princípio segundo o qual ninguém está acima da lei na democracia; fraudam o princípio de igualdade política inerente ao regime, pois os seus protagonistas podem manter o poder e benefícios políticos desproporcionais aos que alcançariam através de modos legítimos de competir politicamente; e distorcem a dimensão republicana da democracia porque faz as políticas públicas resultarem, não da disputa aberta de projetos diferentes, mas de acordos de bastidores que favorecem interesses espúrios. Por último, os resultados das pesquisas indicam

que a corrupção é um dos fatores responsáveis pelo incremento da desconfiança dos cidadãos das instituições democráticas.

BIBLIOGRAFIA

- ADSERA, A., BOIX C. E PAYNE, M. 2003. "Are you being served? Political accountability and the quality of government". *Journal of Law, Econ. Org.* 19:2; pp. 445-90;
- ALAM, M. S. 1995. "A theory of limits on corruption and some applications", in *Kyklos* 48, pp. 419-35;
- BANFIELD, E. 1958. *The moral basis of a backward society*. New York: Free Press;
- BECQUART-LECLERQ. 1989. "Paradoxes of Political Corruption: a French view" in *Political Corruption: a handbook*, HEIDENHEIMER, A. J., LEVINE, V. T., e Johnston, M. (eds.), New Brunswick: Transaction;
- BRUNETTI, A. E WEDER, B. 2003. "A free press is bad news for corruption". *Econ. Polit.* 87: 7-8; pp. 1801-24;
- CANACHE, D. E ALLISON, M. (s/d). « Perceptions of Political Corruption in Latin American Democracies », in *Latin American Politics and Society* 47 :3, pp. 91-111;
- CHAIA, V. E TEIXEIRA, M. A. 2001. "Democracia e Escândalos Políticos", *São Paulo em Perspectiva* 15:4, pp. 62-75;
- CARNEIRO, G. O. P. 2009. *A Nova Maioria: Determinantes do Apoio Político ao Neopopulismo na América Latina*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, fevereiro de 2009;
- DELLAPORTA, D. 2000. "Social capital, Beliefs in Government, and Political Corruption" in *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?*, PHARR, S. J. E PUTNAM, R. D. Princeton: Princeton University Press;
- EKPO, M. U., 1979. "Gift-giving and bureaucratic corruption in Nigeria" in EKPO, M. U. (ed.) *Bureaucratic Corruption in Sub-Saharan Africa: Toward a search for Causes and Consequences*. Washington DC: University Press of America;
- ETIZIONI-HALEVY, E. 1985. *Bureaucracy and Democracy*. London: Routledge and Kegan Paul;
- FLEISCHER, D. 1999. "The difficult task of evaluation of corruption in Brazil: the "Corruption Score Board" Project., in 9th International Anti-corruption Conference, Durban, South Africa (mimeo);
- GERRING, J. E THACKER, S. 2004. "Political Institutions and Corruption: the role of unitarism and parliamentarism". *British Journal of Political Science*. 34:2; pp. 295-330;
- Gibbons, K. M. 1989. "Towards an attitudinal definition of corruption", in
- HEIDENHEIMER, A. J., JOHNSTON, M. E LEVINE, V. T. (org.). New Brunswick/London: Transaction Publishers; pp. 165-171;
- Heidenheimer, A. J. 1970. "Perspectives in the perception of corruption", in HEIDENHEIMER, A. J. (ed.). *Political Corruption: readings in comparative analysis*. New York: Hold, Rinehart and Wilson; pp. 18-28;
- HESSEL, M. E MURPHY, K. 2000. *Stealing the State, and Everything Else: A Survey of Corruption in the Postcommunist World*. London: The Transparency International Centre of Innovation and Research;
tures and organizations: software of the mind. New York: McGraw Hill;
- HUNTINGTON, S. P. 1968. *Political Order in Changing Societies*, New Haven: Yale University Press;
- HUSTED, B. W. 1999. "Wealth, culture and corruption", in *Journal of International Business Studies*"; Second Quarter 30:2, pp. 339-59;
- INGLEHART, R. E WELZEL, C. 2005. *Modernization, Cultural Changes and Democracy – The Human Development Sequence*. Cambridge: Cambridge University Press;
- JOHNSTON, M. 1986. "The Political Consequences of Corruption: a Reassessment", in *Comparative Politics* 18, pp. 459-77;
- KLINGEMANN, H-D E FUCHS, D. 1998. *Citizens and the State*. Oxford: Oxford University Press;
- KLITGAARD, R. 1988. *Controlling Corruption*. Berkeley: University of Califórnia Press;
- LAPALOMBARA, J. 1994. "Structural and institutional aspects of corruption", in *Social Research* 61:2, pp. 325-50;
- LEDERMAN, D., LOAYZA, N. V. E SOARES, R. R. 2005. "Accountability and corruption: institutions matter". *Econ. Polit.* 17:1; pp. 1-35;
- LIPSET, S. M. 1960. *Political Man: The Social Bases of Politics*. Garden City: Anchor Books;

- MAURO, P. 1995. "Corruption and Growth" in *Quarterly Journal of Economics*, 110:3, pp. 681-712;
- MOISÉS, J. A. (2008) "Cultura Política, Instituições e Democracia – lições da experiência brasileira", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, nro. 66, fev. de 2008, pp. 11-44;
- MOISÉS, J. A. 1995. *Os Brasileiros e a Democracia – bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ed. Ática;
- MOISÉS, J. A. E CARNEIRO, G. O. P. (2008) "Democracia, Desconfiança Política e Insatisfação com o Regime – o caso do Brasil", *Opinião Pública, Campinas*, vol. 14, no. 1, junho de 2008, pp. 1-42;
- MONTINOLA, G. R. E JACKMAN, R. W. 2002. "Sources of Corruption: A Cross-Country Study" in *British Journal of Political Science* 32, pp. 147-170;
- MYRDAL, G. 1970. "Corruption as a hindrance to modernization in South Asia" in Heidenheimer, A. J. (ed.) *Political Corruption: readings in comparative analysis*. New York: Hold, Rinehart and Wilson; pp. 18-28;
- PANIZZA, U. 2001. "Electoral rules, political systems, and institutional quality". *Econ. Polit.* 13:3; pp. 311-42;
- PHARR, S. 2000. "Officials' Misconduct and Public Distrust: Japan and the Trilateral Democracies" in *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?*, Pharr, S. J. e Putnam, R. D. Princeton: Princeton University Press;
- POWER, T. J. E GONZÁLEZ, J. 2003. "Cultura Política, Capital Social e Percepções sobre a Corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial" in *Revista de Sociologia e Política* 21, pp. 51-69;
- ROSE-ACKERMANN, S. 1999. *Corruption and government: causes, consequences and reform*. Cambridge: Cambridge University Press;
- SELIGSON, M. A. 2002. "The Impact of Corruption on Regime Legitimacy: A Comparative Study of Four Latin American Countries", 64:2, pp. 408-33;
- SHIN, DOH C. 1999. *Mass Politics and Culture in Democratizing Korea*. Cambridge: Cambridge University Press;
- SPECK, B. W. 2000. "Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas", in SPECK, B. W., ABRAMO, C. W., SILVA, M. F. G., FLEISHER, D. e NASSMACHER, K-H., *Os custos da corrupção*, São Paulo: Konrad Adenauer-Stiftung; p, 9-45;
- Transparency International. 2002. Corruption Perception Index 2002. www.transparency.org
- TREISMAN, D. 2000. "The Causes of Corruption: A Cross-national study", in *Journal of Public Economics*, 76:3, pp. 339-457;
- TREISMAN, D. 2007. "What Have we Learned About the Causes of Corruption From Ten Years of Cross-National Empirical Research?", *Annual Review of Political Science* 10 pp. 211-44;
- TULCHIN, J. S. E ESPACH, R. H. 2000. *Combating Corruption in Latin America*. Washington DC: Woodrow Wilson Center;
- WATERBURY, JOHN. 1976. "Corruption, Political Stability, and Development: Comparative evidence from Egypt and Marroco". *Government and Opposition*, 11, pp. 426-45;
- WEYLAND, K. 1998. "The Politics of Corruption in Latin America" in *Journal of Democracy* 9:2, pp. 108-121.